TEMPOS RÁPIDOS E TEMPOS LENTOS: REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE NA AMAZÔNIA A PARTIR DA OBRA DE MILTON SANTOS

Mateus Leonardo dos Santos[1], Viviana Mendes Lima[1]
Micael Henrique da Silva Santos[2].
[1]Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, mateusleonardo164@gmail.com, geolimabrasil@gmail.com.
[2]Universidade Anhembi Morumbi, Avenida Deputado Benedito Matarazzo, 6070, Jardim Aquarius-12230-002 - São José dos Campos- SP, Brasil, santos.micael@outlook.com.br.

Resumo
A região Amazônica apresenta uma realidade urbana marcada nas pequenas cidades com suas singularidades características, que representam um desafio para a formulação das políticas públicas, incluindo as de saúde. O trabalho tem como objetivo refletir sobre a organização da saúde na Amazônia a partir do conceito de tempos rápidos e tempos lentos de Milton Santos, sendo tempos rápidos aqueles ligados aos agentes hegemônicos do capital e os tempos lentos os relacionados aos modos de vida dos hegemonizados. A metodologia aplicada, foi uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, com base nas obras de Milton Santos e trabalhos sobre a saúde na Amazônia. Como resultados os trabalhos analisados indicam as diferentes temporalidades que impõe um desafio da saúde na Amazônia, com as políticas sendo pensadas de forma homogênea, desconsiderando as singularidades do território, o que compromete a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A conclusão deste artigo nos permite entender que o reconhecimento das diferentes temporalidades é fundamental para a construção de uma saúde mais adequada às realidades da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; Milton Santos, Sistema Único de Saúde, Políticas públicas em saúde

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas - Planejamento Urbano e Regional.

Introdução

A região amazônica é frequentemente associada às florestas e suas características naturais. É preciso, porém, compreender a Amazônia para além dessa visão, é necessário o estudo das dinâmicas urbanas existentes, afinal mais de 70% da população da região vive em cidades, o que evidencia uma região cada vez mais urbana, sendo a maior parte de pequenas cidades (Costa.*et al*,

2025). A realidade urbana encontrada nas cidades, principalmente nas pequenas cidades amazônicas nos demonstra particularidades relevantes, a compreensão desse meio urbano é de importância em especial pelas diferentes formas de vida encontrados, como destacado por Oliveira (2006.p.1) “são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil”. As singularidades e os modos de vida das muitas cidades Amazônicas representam um desafio para a construção de políticas públicas, conforme o demonstrado por Montoia (2018), nesta região a implementação das ações frequentemente ocorre sem levar em conta as realidades locais, resultando na construção de muitas políticas falhas. O autor destaca que apesar da importância da construção de equipamentos públicos, para a efetivação de uma verdadeira amplificação da cidadania é necessário também incluir a participação da população nas decisões, respeitando às realidades locais. Com base nesse pensamento considera-se relevante transportar a discussão para a questão das políticas públicas em saúde, buscando uma melhor compreensão sobre o território e suas dinâmicas, para a garantia de um acesso à saúde mais adequado e eficiente. Nota-se que as questões geográficas na Amazônia estão relacionadas ao conceito “Tempos rápidos e tempos Lentos” (Santos, 2002) no que se refere aos atendimentos e acesso aos serviços em saúde, nos territórios tão distantes e que apresentam dificuldades de deslocamentos considerando as diversidades locais. Assim, para os autores Gomes Dias *et al* (2026) compreendem que o atendimento à saúde está relacionado ao tempo de acesso, e definem que:

> A garantia de acesso aos serviços de saúde é um princípio estruturante dos sistemas universais e um dos parâmetros mais utilizados para avaliar a equidade de uma política sanitária. O conceito, contudo, não se reduz à existência física de um serviço: envolve a possibilidade concreta de que a pessoa que necessita de cuidado o alcance no tempo adequado, o que depende de dimensões geográficas, econômicas, organizacionais e culturais que se articulam de forma complexa. Quando qualquer dessas dimensões falha, a oferta formal de serviços convive com a impossibilidade real de utilizá-los, e a desigualdade que se pretendia combater se reproduz sob nova aparência (Gomes Dias *et al*, p.1-2, 2026).

Nesta análise de discussão, as obras de Milton Santos podem oferecer uma importante contribuição teórica, especialmente por meio dos conceitos que permitem estabelecer um diálogo com os desafios ao acesso à saúde. Entre eles destacamos o conceito de tempos rápidos e tempos lentos. A questão das temporalidades é abordada pelo autor em variados momentos, sendo os tempos rápidos aqueles ligados aos agentes hegemônicos e tempos lentos aos hegemonizados, geralmente presentes nos territórios dos mais pobres (Santos, 2002). A compreensão dessas diferentes velocidades, podem contribuir para a análise e o questionamento sobre a política de saúde no Brasil, sendo relevante para analisar se essas políticas reconhecem as singularidades do território ou se partem de modelos homogêneos, pensados em outra lógica de no desenvolvimento das ações.

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a organização e o acesso à saúde na Amazônia, com base no conceito de tempos rápidos e tempos lentos de Milton Santos. Assim, buscou-se entender como as diferentes temporalidades existentes, impactam na organização e oferta do sistema de saúde nos territórios amazônicos, e como o reconhecimento dessa realidade, pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais adequadas em saúde. Assim, para o desenvolvimento do objetivo foi realizada uma metodologia exploratória.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, pautada nos conceitos de “tempos rápidos” e “tempos lentos”, conceituadas por Milton Santos como “Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas” (Santos, 2002 p.2) e como “tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonizados” (Santos, 2002 p.2). Discussão presente em especial na obra “A Natureza do Espaço” (2006), além disso, foram utilizados livros e artigos científicos que discutem este termo, que representa a base teórica do trabalho. Nesse sentido, estudos sobre a organização da saúde na Amazônia, foram analisados à luz dos conceitos propostos por Milton Santos, com o objetivo de compreender como as diferentes temporalidades influenciam a organização da saúde. Entre as produções utilizadas para o alcance desse objetivo, apoiou-se nos “Modos de fazer saúde na Amazônia das águas”, de El Kadri, Schweickardt e Freitas (2022), que aborda as particularidades da saúde no contexto amazônico e contribui para a compreensão a temática abordada.

Resultados

Milton Santos (2006), destaca que a relação entre tempos rápidos e tempos lentos é uma medida relativa, na qual um somente pode ser considerado lento ou veloz em comparação ao outro. O autor ressalta que a velocidade não abrange todo o território e a sociedade, devido as suas complexidades heterogênicas. Entretanto, com o contexto da globalização as temporalidades mais lentas, são constantemente condicionadas pelas de maior velocidade, mesmo quando estas não se encontram diretamente presentes no lugar.

A proposição teórica de Milton Santos foi explorada por diversos autores, o conceito de homem lento é destacado por Ribeiro (2012, p.60) em “Um conceito que enfrenta as manifestações mais fortes da ideologia dominante, como as relacionadas com a velocidade e a eficácia, e permite

valorizar (e aprender com) as experiências dos muitos outros". Já Hissa (2012) associa os tempos rápidos e a velocidade ao conceito de racionalidade global e os homens lentos com a ordem local, e que os homens lentos seriam capazes de realizar um enfrentamento ao "totalitarismo da racionalidade". Assim na contribuição dos autores, o mundo de hoje é o mundo da rapidez, e embora somente os agentes hegemônicos consigam utilizar essa velocidade de forma plena, a velocidade é espalhada ideologicamente como se estivesse presente para toda a humanidade. As grandes empresas impõem a rapidez como necessária, ela, porém não é inevitável, sua imposição na sociedade está relacionada com as questões sociais, econômicas e políticas que tentam sua imposição como única forma de organização (Santos 2000). Destaca-se que os processos de rapidez estão relacionados à globalização discutidas por autores como Furtado (1999); Hirst, P. & Tommpson (1998); Hobsbawn (1995); Santos (2000) e Singer (2000).

Embora a imposição da velocidade tenha levado a acreditar que a força do mundo é dos homens rápidos, Santos (2006) argumenta que a verdadeira força das cidades está nos homens "lentos", e não nos velozes como se acreditou por muito tempo. A força dos lentos ocorre, pois esses são quem efetivamente conseguem ver a cidade. Dessa forma entram menos em contato com todo o imaginário comum aos homens velozes, assim é que conseguem escapar do "totalitarismo da racionalidade" e passam a ter uma visão diferente. Em seu texto denominado "Elogio da lentidão" Santos (2001) discute como em momentos anteriores da história o progresso da técnica não significou necessariamente um obstáculo moral, sendo possível a coexistência dos dois desde que o homem retorne a ser o centro do planeta. O autor destaca que o caminho para isso passa pelo reconhecimento dos territórios conforme sua utilização pela população, que envolvem necessidades e ritmos diferentes. Desta forma, inserimos a Amazônia nessa discussão sobre as diferentes temporalidades por Santos e Silveira (2001), quando é constatado a presença de diferentes tempos no território, com a existência de sistemas rápidos, exemplificado pela zona franca de Manaus e tempos lentos, relacionados às atividades tradicionais. O ritmo da dinâmica da população ribeirinha, ocorre em tempos diferentes das áreas urbanas, considerando as tradições, crenças e culturas locais.

Para Trindade Júnior, Leite e Oliveira (2021) embora essa coexistência ocorra em todos os territórios, na Amazônia as particularidades desse fenômeno são ainda mais relevantes, em especial pelo encontro dos tempos rápidos relacionados ao capital com um território que historicamente se desenvolveu pelos tempos lentos, e este ainda é influente em muitos setores. Temos o exemplo das navegações fluviais, no qual é possível encontrar desde barcos em madeira que atendem as cidades ribeirinhas até grandes empresas de navegação que atuam com base em sistemas modernos. A globalização alterou a dinâmica dos tempos e fluxos na Amazônia, por meio de um modelo capitalista exploratório dos recursos naturais que ali existem. Para Oliveira (2024) as instituições de ensino superior se apresentam como fixos sociais que são importantes não apenas para a oferta dos cursos, mas também como uma forma de fortalecimento dos agentes lentos, os classificando como "objetos de grandeza cidadã", sendo um contraponto aos "grandes objetos" que representam uma série de desarticulações nos modos de vida das populações na Amazônia, neste sentido, a contribuição dos autores permite contemplar as horizontalidades que possam servir não somente ao mercado, mas também a sociedade e os territórios. O autor destaca ainda a importância de se pensar em mais

possibilidades e solidariedades produzidas por "agentes da lentidão" na Amazônia para estabelecer medidas contra-hegemônicas que pensem o território para além somente da estrutura econômica.

Quando passamos a analisar as questões relacionadas à saúde na Amazônia observamos que as temporalidades podem ser relevantes para a discussão sobre a organização dos sistemas. El Kadri, Schweickardt e Freitas (2022) analisam como as características da várzea amazônica influenciam na organização do sistema de saúde, demonstrando influência de fatores como o transporte de usuários por via fluvial, a grande dependência de polos regionais, assim como as variações decorrentes do ciclo vazante-cheia. Considerando esses fatores os autores discutem como a percepção dos tempos rápidos ou lentos no território apresenta diferentes dimensões e lógicas, expondo uma outra prática socioespacial, para se referir a essas diferentes formas de uso do território. Desta forma, os atores adotam o termo “território líquido”, que vem sendo utilizado para reafirmar as discussões sobre políticas públicas em saúde e que passem a incluir a territorialidade.

Já para Viana *et al*, (2007), eles sugerem que o planejamento em saúde na Amazônia necessita de ações específicas, e que dada a variedade de situações geográficas encontradas no território uma única política não será suficiente. O trabalho não aborda diretamente os conceitos de tempos rápidos e tempos lentos, porém relata uma série de dificuldades estruturais, institucionais e políticas que tem interferido o desenvolvimento de uma política regional de saúde para a Amazônia, incluindo a não consideração das características espaciais na formulação das ações, e a implementação de modelos homogêneos que não tem sido capaz de garantir um modelo de saúde efetivo para a região. Deste modo, essas contribuições teóricas fornecem elementos importantes, para a discussão aqui apresentada.

Uma outra visão dos aspectos relacionados ao acesso à saúde no caso estudado parte dos autores Anjos, Mendes e Aleixo (2025), que destacam como a caracterização do tempo na várzea amazônica é uma tarefa complexa, devido às variações nos rios que influenciam no movimento pelo território, em períodos em que os rios estão secos, os tempos passam a ser mais longos, e em períodos de cheia tendem a ser mais curtos.

Discussão

A associação dos territórios Amazônicos com o discutido por Santos (2006) pode ser de grande relevância para a questão da saúde na Amazônia, nesses territórios como destacam os autores Trindade Júnior, Leite e Oliveira (2021) podemos observar de forma ainda mais marcante a coexistência de diferentes temporalidades, considerando as características dessa região essa questão pode ser uma importante ferramenta analítica. Um exemplo prático dessa realidade foi discutido por El Kadri, Schweickardt e Freitas (2022), em que os autores demonstram os impactos das características geográficas e como temos diferentes tempos no acesso aos serviços de saúde. As presenças dos tempos lentos nos territórios de várzea amazônicos, estão diretamente relacionados com os modos de acesso à saúde da população, e, portanto, devem ser considerados no planejamento urbano com o objetivo de proporcionar um acesso as políticas públicas, entre elas a saúde. Destarte, como discutem também Anjos, Mendes e Aleixo (2025), já Viana *et al* (2007), por outro lado, reforçam a necessidade de ações específicas em saúde no local sem discorrer especificamente sobre a questão das temporalidades.

Os tempos lentos não devem ser relacionados a uma visão de atraso, mas sim, como formas diferentes de vida, contrapondo a lógica da velocidade que é imposta nos tempos atuais como a única forma legítima de organização da vida e da sociedade (Santos, 2001). Pensando nos tempos lentos existentes na Amazônia, Oliveira (2026), defende que para os “agentes da lentidão”, o território possui outras lógicas, que fogem daquelas lógicas territoriais hegemônicas pautadas pelo capital. Ainda na contribuição do autor, nesse sentido Oliveira (2026) valoriza a lentidão como uma forma de resistência aos modelos econômicos e políticos que tendem a atacar as diversidades regionais.

Embora destoe de uma outra visão em comparação àquela observada por Milton Santos, a discussão contra a universalização de uma racionalidade única na sociedade também é trabalhada por autores como o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023), em sua obra “A terra dá, a terra quer”. O autor argumenta sobre como os humanos passaram a valorizar uma concepção de desenvolvimento que valoriza somente a mercadoria e não mais a natureza. Essa legitimação unicamente dos tempos rápidos em detrimento dos tempos lentos, resulta na invisibilização das formas de vida de boa parte das populações amazônicas, como resultado temos o reflexo dessa questão, quando ocorre a formulação e implementação de políticas públicas que adotam parâmetros homogêneos e que não consideram as diversas singularidades desses territórios (Montoia; Costa, 2020). Na saúde, podemos analisar que a produção de estratégias planejadas por meio de realidades e parâmetros universais, que não consideram a existência de diferentes temporalidades que resulta em políticas públicas ineficientes para garantir o acesso e atender às necessidades das populações que vivem em ritmos diferentes daqueles nos quais as políticas foram formuladas. Destarte, torna-se necessário discutir a organização de saúde para além simplesmente da garantia de oferta de serviços, sendo preciso também reconhecer que diferentes modos de vida necessitam de formas de cuidado distintos. É o caso de políticas públicas, por meio dos programas como Equipe de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR), Equipe de Saúde da Família Fluvial (ESFF), Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), modelos que se adaptam às características desse "território líquido", realizando os deslocamentos até a população e o planejamento sendo adaptado, considerando o ciclo de cheias e vazantes (El Kadri. *et al*, 2019). A predominância dos tempos rápidos sobre a “lentidão” impõe uma contradição relacionada aos próprios princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), afinal a universalidade e a integralidade, pressupõem que a saúde deve ser garantida a todos em sua plenitude inclusive previsto na Constituição Federal 1988 nos artigos 196 e 197:

> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de

> doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
>
> Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (Brasil, Ministério da Saúde, 1988).

Desta forma, e para o alcance desse objetivo é necessário o reconhecimento de que coexistem na população brasileira diferentes condições territoriais e temporais e que necessitam ser consideradas na elaboração das ações em saúde. Para garantir uma verdadeira universalidade não é possível pensar na aplicação de uma única maneira de organização da atenção à saúde, desconsiderando assim as diferentes maneiras de vida no território brasileiro. Podemos destacar também o princípio da equidade, a efetivação desse princípio passa pelo reconhecimento de que existem situações em cada território no qual é indispensável a adoção de medidas e estratégias distintas, pois estamos falando de um território diverso.

A valorização e o reconhecimento dos tempos lentos não significam negar a necessidade da tecnologia ou do acesso à saúde, mas sim, reconhecer que a atenção à saúde precisa estar diretamente relacionada com as reais condições de vida da população.

Considerações finais

O trabalho apresentado permitiu refletir sobre como a organização da saúde na Amazônia se relaciona com a existência de diferentes temporalidades no território. As contribuições de Santos sobre os tempos rápidos e os tempos lentos, podem ser de grande importância para compreender e reconhecer a existência de diferentes ritmos de vida nos territórios. As formulações de estratégias de saúde devem partir do reconhecimento dessas diferentes temporalidades presentes, como uma forma de enfrentar os riscos relacionados a reprodução das políticas criadas a partir de um ponto de vista homogêneo, que desconsidere as diferentes características territoriais, temporais, culturais e de credo da população.

A efetivação é um dos princípios do SUS, e passa pelo reconhecimento dessas diferentes realidades, pensando a saúde a partir do território como um elemento fundamental para a formulação das políticas públicas. Para além disso, a criação das políticas planejadas a partir dos “agentes

lentos", pode representar uma forma de fortalecimento das populações e uma prática contra-hegemônica aplicada à saúde mediante a um planejamento urbano adequado.

Referências

ANJOS, Larissa Cristina Cardoso dos; MENDES, Paulo Cezar; ALEIXO, Natacha Cíntia Regina. Território da saúde na várzea amazônica: uma leitura geográfica do planejamento da saúde. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 19, n. 53, p. 421-440, 2025. DOI: https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v19i53.8640.

BRASIL. Ministério da Saúde. Constituição Federal Constituição Federal (Artigos 196 a 200). Seção II. DA SAÚDE. Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais. Disponível em https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/outras-normativas/constituicaofederal.pdf/view

COSTA, Sandra Maria Fonseca da *et al*. As pequenas cidades da Amazônia e os problemas que aproximam realidades urbanas periféricas e singularidades que as individualizam. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 17, p. e20240169, 2025.

EL KADRI, Michele Rocha. *et al*. Unidade Básica de Saúde Fluvial: um novo modelo da Atenção Básica para a Amazônia, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde**, Educação, v. 23, p. e180613, 2019.

EL KADRI, Michele Rocha; SCHWEICKARDT, Julio Cesar; FREITAS, Carlos Machado de. Os modos de fazer saúde na Amazônia das Águas. **Interface-Comunicação, Saúde**, Educação, v. 26, p. e220056, 2022.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOMES DIAS, Camila Kethellen *et al*. Acesso à saúde em territórios isolados da Amazônia: o atendimento por embarcações que leva dias e seu impacto nos indicadores de rastreamento de doenças em populações ribeirinhas e comunidades dispersas. **REVISTA REGEO,** São José dos Pinhais, v.17, n.8, p.1-20, 2026. Disponível em https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/2999/2284 . Acesso em 24.ago.2026.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. A lentidão no lugar da velocidade. **Redobra**, Salvador. 2012.

HIRST, P. & TOMMPSON, G. **A globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX**, São Paulo: Cia. das Letras,1995.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré. **As escalas decisórias das Políticas Públicas e dos programas de investimento e a repercussão no local: Um estudo das pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas**. Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 2018.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré; COSTA, Sandra Maria Fonseca da."A simples necessidade de continuar existindo": o acontecer solidário e os desafios das políticas públicas nas pequenas cidades da Amazônia. **Geosul,** Florianópolis, v.35, n.75, p.598-622, maio/ago. 2020.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, 2006.

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. Uma região que obedece? Alguns elementos para pensar o planejamento regional na Amazônia. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, p. e024003, 2024

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. Elogio à lentidão: elementos para pensar o retorno do território na Amazônia". **Revista Tamoios**, v. 22, n. 1, 2026. https://doi.org/10.12957/tamoios.2026.87804

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, Salvador, v. 9, p. 58-77, 2012.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Mílton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. . Rio de Janeiro: Record. 2000

SANTOS, Milton. Elogio da lentidão**. Folha de São Paulo**, p. 11 mar 2001. 15, 2001.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e cultura**, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Singer, P. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; LEITE, Gabriel Carvalho da Silva; OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **O pensamento de Milton Santos e a Amazônia**. Consequência Editora, 2021.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila *et al*. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 2, p. S117-S131, 2007.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** sob o nº do **Processo: 131312/2026-0**, que possibilita o desenvolvimento da pesquisa.